LEI EM VIGOR PODE CANCELAR BOLSA FAMÍLIA DE MILHARES NO BRASIL PÁG. 4

CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 07 • Quarta-Feira, 22 de abril de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

ARTIGO ANTONIO CAMPOS - PÁGINA 5

1 TRILHÃO EM JUROS DE DÍVIDAS, 10% DO PIB BRASILEIRO E A NECESSIDADE DE REESTRUTURAÇÃO SEM CALOTE

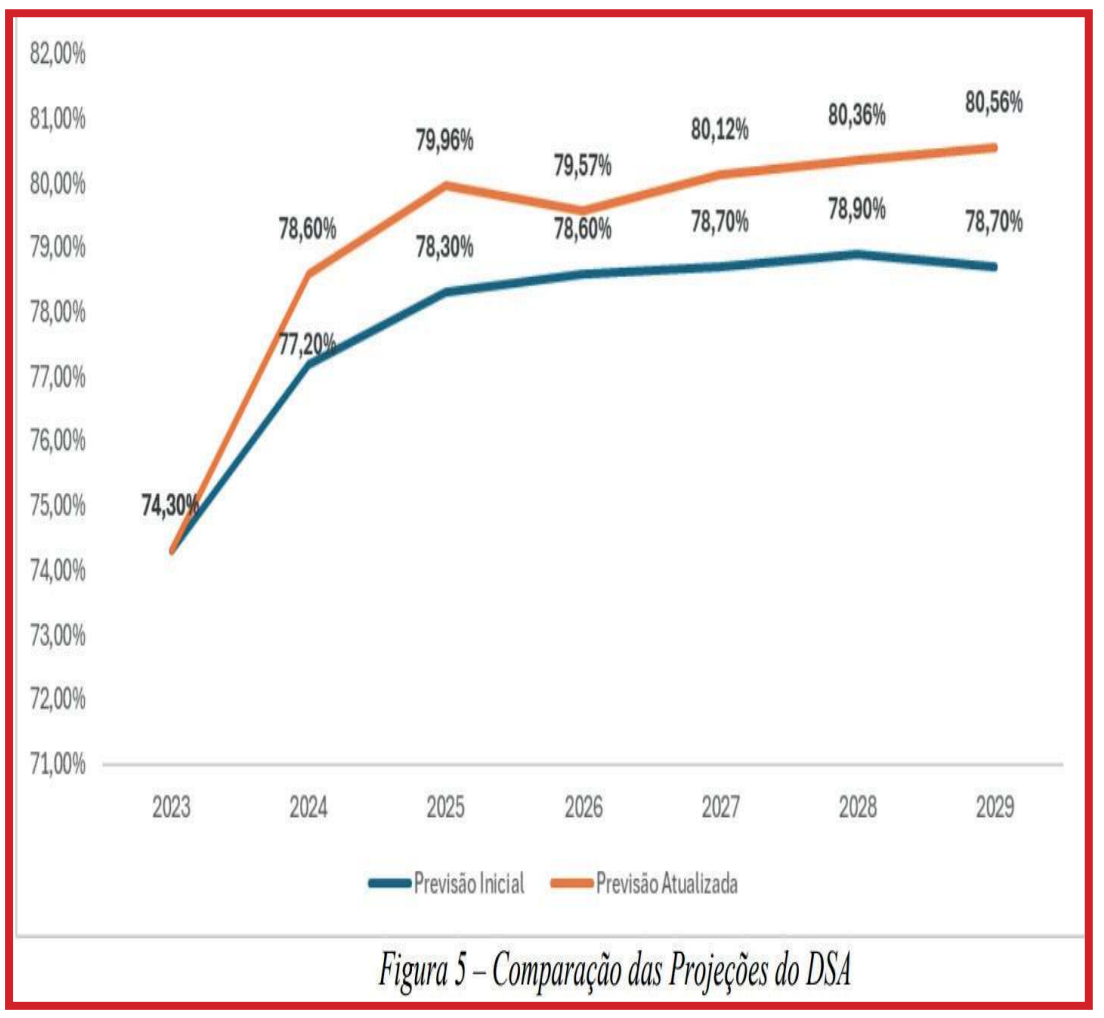


Figura 5 – Comparação das Projeções do DSA

Tabela 5 – Indicadores da Dívida, Econômicos e de Mercado (DSA)

	Histórico			Projeções					
Indicador	2013 2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Dívida (DBGG em % do PIB)	70,1	71,7	74,3	78,6	79,9	79,5	80,1	80,3	80,5
Necessidade de Financiamento Bruta (% do PIB)	6,8	2,9	8,1	8,2	6,2	4,4	5,3	5,0	4,8
Crescimento Real do PIB (em %)	0,1	3,0	2,9	2,5	2,5	2,4	2,6	2,4	2,5
Inflação (Deflator do PIB) (%)	7,2	8,6	4,7	3,5	4,1	4,2	3,7	3,9	3,7
Crescimento Nominal do PIB (%)	7,3	11,8	7,7	6,1	6,7	6,6	6,4	6,4	6,3
Taxa de Juros Efetiva (dívida) (%)[1]	9,9	10,7	11,3	11,0	8,4	7,5	7,4	7,1	6,8

FOTO DIVULGAÇÃO



Antônio Campos participa do VI Simpósio de Direito Eleitoral do Nordeste no Dia Mundial do Livro PÁG. 4

FOTO DIVULGAÇÃO



TRE-PE barra recurso de Mirella e eleição de Olinda segue sob risco de cassação

ARTIGO

POR PAULO SALES
ADVOGADO E PRÉ CANDIDATO A DEPUTADO ESTADUAL.

O encolhimento dos mariscos e o alerta climático no litoral de Pernambuco PÁG. 5

FOTO DIVULGAÇÃO



Pernambuco sofre com redução de voos após alta do combustível aéreo PÁG. 3

INSS começa a pagar 13º antecipado para milhões de beneficiários nesta sexta-feira (25) PÁG. 4

Nova pesquisa confirma liderança de Raquel Lyra com 45,1% e amplia vantagem sobre João Campos PÁG. 2

Governo de Pernambuco abre inscrições para o Programa Chapéu de Palha PÁG. 3

Pernambuco sofre com redução de voos após alta do combustível aéreo

FOTO DIVULGAÇÃO



Mais de 2 mil voos programados para o mês de maio foram suspensos por companhias aéreas no Brasil, em meio à escalada do preço do combustível e à expectativa de novo aumento no querosene de aviação. Com base em dados da Agência Nacional de Aviação Civil, a redução já afeta diretamente a oferta de viagens e pode pressionar ainda mais o valor das passagens aéreas nas próximas semanas. Segundo o levantamento, cerca de 2 mil voos foram retirados da malha aérea, reduzindo também a quantidade de assentos disponíveis para os passageiros e impactando principalmente rotas regionais e destinos com menor demanda. Estados como Pernambuco, Amazonas, Goiás, Pará e Paraíba aparecem entre os mais afetados pela redução da oferta de voos, com cortes que chegam a mais de 10% em algumas localidades. Além disso, a diminuição da operação deve retirar aproximadamente 10 mil assentos por dia da aviação doméstica, além da retirada de cerca de 12 aeronaves de médio porte da operação, o que pode agravar ainda mais o cenário. O principal motivo para a redução é a alta do querosene de aviação, que representa um dos maiores custos das companhias aéreas e tem sido pressionado pela valorização do petróleo no mercado internacional e pela variação cambial. Fontes do setor afirmam que as distribuidoras já sinalizaram a possibilidade de um novo aumento do combustível ainda em maio, com estimativa que pode chegar a cerca de 20%, o que preocupa ainda mais as empresas e o setor turístico. A Associação Brasileira das Empresas Aéreas classificou o cenário como preocupante e alertou que, caso os custos continuem subindo, novas reduções na oferta de voos poderão ocorrer, além de reajustes nas tarifas. O impacto pode atingir diretamente os consumidores, com passagens mais caras e menor disponibilidade de voos, especialmente em cidades fora dos grandes centros. Especialistas avaliam que a situação pode afetar também o turismo e a economia regional, já que muitos destinos dependem da malha aérea para movimentar visitantes e negócios. Com a expectativa de novo aumento no querosene e a redução já confirmada de voos, o setor aéreo brasileiro entra em um período de incerteza, com reflexos diretos no bolso dos passageiros e na mobilidade aérea em todo o país.

Nova pesquisa confirma liderança de Raquel Lyra com 45,1% e amplia vantagem sobre João Campos

DIVULGAÇÃO



Uma nova pesquisa divulgada, nesta segunda-feira (20) pela Revista Total em parceria com o Numen Data confirma a liderança da governadora Raquel Lyra na disputa pelo Governo de Pernambuco. De acordo com o levantamento, Raquel aparece com 45,1% das intenções de voto, enquanto o ex-prefeito do Recife, João Campos, surge com 37,1%, ficando atrás da atual governadora em um cenário que já começa a consolidar vantagem para a chefe do Executivo estadual.

O resultado reforça o crescimento político de Raquel Lyra e indica que a governadora vem consolidando sua gestão junto ao eleitorado pernambucano. A diferença de 8 pontos percentuais é considerada significativa por analistas políticos, principalmente em um cenário ainda distante da eleição, o que demonstra tendência de fortalecimento da atual gestora.

A pesquisa também evidencia que Raquel Lyra tem ampliado sua presença política em diversas regiões do estado, com forte desempenho no interior e crescimento também na Região Metropolitana. O resultado é atribuído, entre outros fatores, às ações do governo estadual, investimentos em infraestrutura, segurança pública e programas sociais que vêm sendo implementados ao longo da gestão.

Por outro lado, o desempenho de João Campos é visto com cautela por analistas políticos. Apesar de ter sido prefeito do Recife, o ex-gestor ainda enfrenta dificuldades para ampliar sua influência política fora da capital pernambucana. A pesquisa indica que sua força eleitoral permanece concentrada principalmente na Região Metropolitana, sem a mesma capilaridade observada na candidatura da governadora.

Outro ponto observado é que João Campos ainda precisa consolidar um discurso estadual mais consistente, além de ampliar alianças políticas no interior. Nos bastidores, lideranças políticas apontam que o ex-prefeito enfrenta o desafio de transformar sua popularidade local em força eleitoral em todo o estado, o que ainda não aparece de forma clara no levantamento.

Já Raquel Lyra surge como nome mais consolidado no cenário estadual, com base política mais ampla e maior presença em diferentes regiões. O resultado da pesquisa também reforça a vantagem de quem ocupa o cargo, com a governadora tendo a gestão como vitrine e apresentando ações e investimentos que impactam diretamente o eleitorado.

A pesquisa da Revista Total e do Numen Data indica ainda que a disputa pelo Governo de Pernambuco começa a ganhar contornos mais definidos, com Raquel Lyra largando na frente e João Campos tentando reduzir a diferença.

Com isso, o cenário atual aponta vantagem para a governadora, que aparece mais consolidada politicamente, enquanto João Campos ainda enfrenta o desafio de ampliar sua base eleitoral e construir uma candidatura com maior alcance estadual. A tendência, segundo analistas, é de uma disputa intensa, mas com Raquel Lyra largando à frente e fortalecida na corrida eleitoral.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

Eleições 2026: AGU orienta agentes públicos sobre condutas proibidas



A Advocacia-Geral da União divulgou orientações para agentes públicos sobre condutas proibidas durante as eleições de 2026. O objetivo é evitar o uso da máquina pública em benefício eleitoral e garantir igualdade entre candidatos no processo democrático.

De acordo com a cartilha, servidores e autoridades devem evitar práticas que possam caracterizar abuso de poder político ou econômico, como o uso de bens públicos, estruturas administrativas ou eventos oficiais para favorecer candidaturas. A recomendação vale para todos os agentes públicos, incluindo gestores, servidores e ocupantes de cargos eletivos.

Entre as principais proibições destacadas pela AGU está a disseminação de informações falsas ou não verificadas. O documento alerta que autoridades não devem compartilhar conteúdos que promovam desinformação, discurso de ódio, ataques pessoais ou qualquer material que possa interferir no debate democrático.

A cartilha também reforça que agentes públicos não podem utilizar a visibilidade do cargo para autopromoção com finalidade político-eleitoral, nem apresentar ações institucionais como realizações pessoais. Segundo a AGU, esse tipo de prática pode configurar irregularidade e até abuso de poder.

Outra orientação importante é a proibição de transformar eventos oficiais em atos de campanha. Autoridades que ocupam cargos públicos devem separar atividades institucionais de ações políticas, evitando o uso de estruturas governamentais para promoção eleitoral.

O documento também lembra que as recomendações seguem os princípios da administração pública, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que devem ser respeitados durante todo o período eleitoral.

A cartilha traz ainda um calendário com as principais datas do processo eleitoral e orientações sobre propaganda na internet, que só será permitida a partir de agosto, conforme a legislação eleitoral.

Segundo a AGU, o material busca orientar gestores e servidores para evitar irregularidades e garantir transparência e lisura nas eleições de 2026.

TRE-PE barra recurso de Mirella e eleição de Olinda segue sob risco de cassação

DIVULGAÇÃO



A crise política em Olinda ganha um novo capítulo após decisão do presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE), desembargador Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, que não admitiu o recurso especial apresentado pela chapa da prefeita Mirella Almeida e do vice Chiquinho. A decisão, proferida em 17 de abril de 2026, mantém viva a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME), que pode resultar na cassação da chapa eleita.

O processo, que tramita sob segredo de justiça, retorna agora à 100ª Zona Eleitoral de Olinda para continuidade da instrução probatória. Ao todo, 11 pontos controvertidos serão analisados, com base em um conjunto considerado robusto de provas sobre possíveis irregularidades durante o pleito.

A ação questiona diretamente a lisura da eleição municipal, apontando suposto uso da máquina pública, compra de votos e outras práticas ilegais que teriam influenciado o resultado apertado da disputa, vencida por Mirella com diferença de apenas 5.997 votos.

O advogado Antônio Campos, líder do movimento #ResisteOlinda, afirmou que a decisão representa um duro revés para a chapa eleita e reforça a necessidade de aprofundamento das investigações.

"Não podemos normalizar suspeitas graves sobre uma eleição. A decisão do TRE-PE representa um avanço importante para a democracia e para a transparência. Há indícios sérios de uso indevido da máquina pública e compra de votos, que precisam ser rigorosamente apurados", declarou Antônio Campos.

Segundo ele, caso a ação seja julgada procedente, o cenário poderá levar à convocação de novas eleições no município.

"Não estamos diante de uma tese frágil. Há fatos concretos e provas que justificam a continuidade do processo. Se confirmadas as irregularidades, o registro, a eleição e o diploma da chapa devem ser cassados", afirmou.

O advogado Paulo Sales, também integrante do movimento #ResisteOlinda e pré-candidato a deputado estadual, endureceu o tom e afirmou que a decisão expõe a fragilidade do resultado eleitoral.

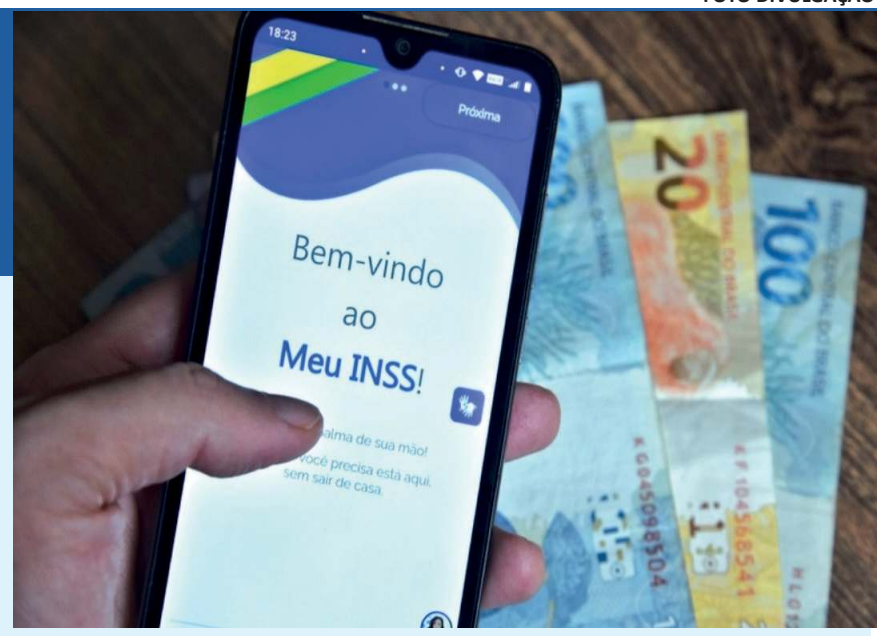
"A população de Olinda precisa saber se a eleição foi limpa. Quando há suspeitas graves, não se pode fechar os olhos. A decisão do TRE-PE reforça que a Justiça Eleitoral está atenta e que ninguém está acima da lei", afirmou.

O movimento #ResisteOlinda informou que continuará acompanhando o andamento do processo e defendendo a apuração completa das denúncias.

"A verdadeira oposição permanece vigilante. Não vamos recuar até que todos os fatos sejam esclarecidos. Resiste, Olinda", conclui a nota.

INSS começa a pagar 13º antecipado para milhões de beneficiários nesta sexta-feira (25)

FOTO DIVULGAÇÃO



A primeira parcela do 13º salário para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começa a ser depositada a partir desta sexta-feira, 25 de abril, para milhões de beneficiários em todo o país. A antecipação foi confirmada pelo Governo Federal do Brasil e deve beneficiar cerca de 35 milhões de segurados, com impacto significativo na economia brasileira.

O pagamento será feito de forma escalonada, seguindo o número final do benefício, sem considerar o dígito após o traço. Os primeiros a receber são os aposentados e pensionistas que ganham até um salário mínimo. Já os segurados que recebem acima do piso nacional terão o depósito realizado alguns dias depois, conforme o cronograma oficial.

A primeira parcela será paga entre 25 de abril e 8 de maio, enquanto a segunda parcela do 13º está prevista para ocorrer entre 26 de maio e 8 de junho. O valor da primeira parcela corresponde a 50% do benefício mensal, sem desconto de Imposto de Renda. A tributação, quando houver, será aplicada apenas na segunda parcela.

Além de aposentados e pensionistas, também têm direito ao pagamento antecipado beneficiários que recebem:

- Auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença)
- Auxílio-acidente
- Auxílio-reclusão
- Salário-maternidade

Por outro lado, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da renda mensal vitalícia não recebem o 13º salário, já que esses benefícios possuem caráter assistencial e não previdenciário.

Segundo o Ministério da Previdência Social, a antecipação do 13º salário representa uma importante injeção de recursos na economia. A expectativa é que cerca de R$ 70 bilhões a R$ 80 bilhões sejam liberados em todo o país, fortalecendo o comércio e ajudando milhões de brasileiros a equilibrar as finanças, pagar dívidas e cobrir despesas essenciais.

Nos últimos anos, a antecipação do 13º salário do INSS tem sido adotada como estratégia econômica, especialmente para estimular o consumo no primeiro semestre. A medida também é considerada importante para aposentados e pensionistas que dependem do benefício para despesas básicas, como alimentação, medicamentos, moradia e contas domésticas.

Os pagamentos serão feitos automaticamente na mesma conta em que o beneficiário já recebe o pagamento mensal. Para consultar a data exata, o segurado pode verificar:

- Aplicativo Meu INSS
- Site oficial do INSS
- Central telefônica 135

A recomendação do INSS é que os beneficiários evitem deslocamentos desnecessários e utilizem os canais digitais para acompanhar os depósitos.

Com a antecipação do 13º salário, milhões de aposentados e pensionistas terão um reforço importante na renda, especialmente em um momento de aumento do custo de vida e das despesas familiares.

Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco tem novo comandante-geral

DIVULGAÇÃO



O Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco passou a ter um novo comandante-geral após a posse do coronel Eduardo Araripe Paz, realizada no Quartel do Comando-Geral, na área central do Recife, nessa segunda-feira (20). O oficial assume o cargo no lugar do coronel Francisco de Assis Cantarelli Alves, que esteve à frente da corporação nos últimos anos. A cerimônia foi conduzida pela governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, que destacou a experiência e a trajetória consolidada do novo comandante dentro da instituição, ressaltando a importância do Corpo de Bombeiros para a segurança da população pernambucana. Também participaram da solenidade a vice-governadora Priscila Krause, o comandante-geral da Polícia Militar de Pernambuco, coronel Ivanildo Torres, o delegado-geral da Polícia Civil de Pernambuco, Felipe Monteiro, além do secretário de Defesa Social, Alessandro Carvalho, e representantes do Ministério Público de Pernambuco e da Defensoria Pública de Pernambuco. Com longa trajetória na corporação, o coronel Eduardo Araripe já ocupou funções estratégicas, como a Diretoria de Gestão de Pessoas, a Chefia de Gabinete do Comando e o comando da Academia Bombeiro Militar dos Guararapes, além de atuar no Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar, acumulando experiência operacional e administrativa. Durante a cerimônia, foram destacados investimentos recentes na corporação, que ultrapassam R$ 300 milhões destinados à aquisição de viaturas, equipamentos de proteção individual, requalificação de unidades e melhorias estruturais, com o objetivo de fortalecer as ações de prevenção, combate a incêndios, salvamento e atendimento à população. Ao assumir o cargo, o novo comandante afirmou que pretende dar continuidade ao trabalho desenvolvido, com foco na valorização dos profissionais, ampliação da estrutura e modernização da corporação, reforçando o compromisso com a segurança da população pernambucana. Já o coronel Francisco de Assis Cantarelli Alves destacou os avanços conquistados durante sua gestão e afirmou confiar na continuidade do trabalho, ressaltando que a corporação vive um momento de fortalecimento institucional. Com a mudança no comando, o Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco inicia uma nova fase, com expectativa de ampliação dos serviços, modernização das operações e melhoria do atendimento à população em todo o estado.

Antônio Campos participa do VI Simpósio de Direito Eleitoral do Nordeste no Dia Mundial do Livro

O advogado e escritor Antônio Campos participará do VI Simpósio de Direito Eleitoral do Nordeste, que acontece entre os dias 22 e 24 de abril de 2026, no auditório master do Centro Universitário UNIESP, em João Pessoa.

Antônio Campos prestigia o evento em 23 de abril, data que coincide com o Dia Mundial do Livro e do Direito de Autor, tornando o momento ainda mais simbólico, especialmente considerando sua atuação também como escritor e incentivador da leitura.

O VI Simpósio de Direito Eleitoral do Nordeste terá como tema "Democracia Algorítmica: O Futuro do Voto" e reunirá juristas, magistrados, advogados e especialistas de todo o país para discutir os desafios da democracia na era digital.

DIVULGAÇÃO



Antônio Campos

Para Antônio Campos, a coincidência da ida ao evento com o Dia Mundial do Livro reforça a importância do conhecimento e da reflexão no fortalecimento democrático.

"A democracia precisa de cidadãos informados e críticos. O livro continua sendo uma das ferramentas mais importantes para a formação do pensamento e para o fortalecimento das instituições democráticas", afirmou Antônio Campos.

O jurista também destacou a importância do debate sobre tecnologia e eleições.

"Estamos vivendo uma nova fase da democracia, marcada pela influência dos algoritmos e da inteligência artificial. Precisamos discutir essas transformações com responsabilidade e profundidade", ressaltou.

Consolidado como um dos mais relevantes fóruns de Direito Eleitoral do país, o simpósio já impactou mais de 10 mil participantes ao longo de suas edições anteriores. O evento também já reuniu ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, além de membros da magistratura eleitoral, integrantes do Ministério Público e juristas de projeção nacional.

Nesta edição, também será prestada homenagem ao ministro Kassio Nunes Marques.

A programação será realizada presencialmente em João Pessoa, com transmissão online ao vivo pelo YouTube, por meio de link exclusivo enviado aos inscritos.

O VI Simpósio de Direito Eleitoral do Nordeste se consolida como espaço de excelência para o diálogo institucional e reflexão sobre os desafios contemporâneos da democracia, reunindo especialistas para discutir o futuro do voto e do processo eleitoral brasileiro.

Governo de Pernambuco abre inscrições para o Programa Chapéu de Palha

DIVULGAÇÃO



O Governo de Pernambuco iniciou o cadastramento para o Programa Chapéu de Palha 2026, voltado para trabalhadores rurais e pescadores que ficam sem renda durante o período da entressafra. A iniciativa busca garantir apoio financeiro temporário e qualificação profissional para milhares de famílias pernambucanas.

O programa é coordenado pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional e contempla trabalhadores da cana-de-açúcar, fruticultura irrigada e pesca artesanal. O benefício é pago durante o período em que esses profissionais ficam sem trabalho, geralmente ao longo de alguns meses do ano.

QUEM PODE SE INSCREVER

Podem participar trabalhadores que atendam aos seguintes critérios:

- Ter 18 anos ou mais
- Estar desempregado devido à entressafra ou período de defeso
- Morar em município contemplado pelo programa
- Não receber seguro-desemprego, aposentadoria ou pensão
- Comprovar atuação na atividade rural ou na pesca artesanal

No caso da pesca artesanal, é necessário comprovar atuação exclusiva na atividade nos últimos 12 meses por meio do Registro Geral da Pesca e documentos complementares. Já trabalhadores da fruticultura irrigada precisam comprovar atuação registrada na Carteira de Trabalho Digital.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

- Para realizar o cadastro, os interessados devem apresentar: RG e CPF
- Comprovante de residência PIS ou NIS
- Carteira de Trabalho Digital
- Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) atualizado

VALOR DO BENEFÍCIO

Os valores variam conforme a modalidade do programa:

- Fruticultura irrigada: cerca de R$ 373,08
- Pesca artesanal: cerca de R$ 387,94

Os pagamentos são realizados em parcelas durante o período sem trabalho.

OBJETIVO DO PROGRAMA

Criado em Pernambuco, o Chapéu de Palha tem como objetivo reduzir os impactos do desemprego sazonal, oferecendo renda temporária e cursos de qualificação profissional para os trabalhadores. O programa está presente em diversas regiões do estado, da Zona da Mata ao Sertão.

O Governo de Pernambuco orienta que os trabalhadores fiquem atentos ao cronograma e aos locais de cadastramento divulgados para cada município.

A expectativa é que milhares de trabalhadores sejam beneficiados com a nova edição do programa em 2026, reforçando a renda familiar durante os períodos de menor atividade econômica.

Lei em vigor pode cancelar Bolsa Família de milhares no Brasil

Uma nova etapa de fiscalização do Bolsa Família já está em vigor e pode resultar no cancelamento do benefício para milhares de famílias em todo o Brasil. A medida faz parte de um processo de revisão cadastral realizado pelo governo federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, com o objetivo de garantir que os recursos sejam destinados apenas a quem realmente atende aos critérios do programa. A nova regra prevê o cruzamento mais rigoroso de dados entre o Cadastro Único para Programas Sociais, a Receita Federal do Brasil, o Instituto Nacional do Seguro Social e bases de dados de emprego formal, o que permite identificar inconsistências nas informações fornecidas pelas famílias beneficiárias.

Com esse processo, famílias que passaram a ter renda acima do limite permitido, que não atualizaram os dados cadastrais ou que apresentaram informações divergentes podem ter o benefício bloqueado, suspenso ou até

DIVULGAÇÃO



cancelado. Atualmente, o programa atende famílias com renda mensal de até R$ 218 por pessoa, e a atualização do cadastro deve ser feita periodicamente ou sempre que houver mudanças na renda, composição familiar ou endereço. Caso o beneficiário não cumpra essas exigências, o sistema pode identificar automaticamente a irregularidade e iniciar o processo de revisão.

Além disso, o Bolsa Família também exige o cumprimento de compromissos nas áreas de saúde e educação, como frequência escolar mínima de crianças e adolescentes e acompanhamento de vacinação e saúde. O descumprimento dessas condições também pode levar à suspensão do benefício. O governo federal afirma que a medida não tem como objetivo reduzir o número de beneficiários, mas garantir maior transparência e evitar pagamentos indevidos, fortalecendo a política pública de transferência de renda.

O processo de cancelamento não ocorre de forma imediata. Normalmente, o beneficiário é notificado primeiro, podendo haver bloqueio temporário e prazo para regularização antes da suspensão definitiva. Por isso, a orientação é que as famílias mantenham os dados atualizados no Cadastro Único e procurem o Centro de Referência de Assistência Social mais próximo sempre que houver qualquer alteração. A revisão periódica faz parte da gestão do programa e deve continuar ao longo de 2026, com a expectativa de maior controle e fiscalização sobre os pagamentos realizados em todo o país.

ARTIGO

(*) POR ANTÔNIO CAMPOS

Estamos pagando 1 trilhão de juros de dívida e 10% do PIB pressionam o Brasil e a necessidade de reestruturação sem calote

Advogado e escritor, autor do livro A Dívida Pública do Governo Federal Um Desafio Necessário A Crise Fiscal e a Necessidade de Reestruturação da Dívida sem Calote

O Brasil vive uma das mais graves crises fiscais de sua história recente. O crescimento acelerado da dívida pública, aliado aos juros elevados, tem comprimido o orçamento federal, reduzido investimentos e ampliado a instabilidade econômica. O cenário atual exige coragem, responsabilidade institucional e soluções técnicas, não improvisações.

Hoje, o país chega a gastar cerca de 1 trilhão de reais por ano apenas com juros da dívida pública. Esse valor representa algo próximo de 10 por cento do PIB brasileiro, um dos maiores custos financeiros do mundo.

Esse peso elevado compromete diretamente a capacidade do governo de investir em áreas essenciais como saúde, educação, segurança, infraestrutura e geração de empregos. Em outras palavras, uma parte significativa da riqueza nacional está sendo direcionada apenas para pagar juros da dívida pública.

Enquanto isso, cria se uma distorção social preocupante. O chamado "bolsa banqueiros", como classificam críticos desse modelo, paga em apenas um ano mais do que o dobro do que o Bolsa Família já pagou desde sua criação, evidenciando o peso do sistema financeiro sobre o orçamento público e a desigualdade na destinação dos recursos públicos.

Esse modelo se tornou insustentável. O ciclo é conhecido. Juros altos elevam a dívida. A dívida maior aumenta o risco fiscal e, consequentemente, os juros voltam a subir. O resultado é um país refém do endividamento, com menos recursos para políticas públicas e crescimento econômico.

A CRISE FISCAL E O GOVERNO LULA

No atual cenário, a crise fiscal se aprofundou. A trajetória de crescimento da dívida pública durante o atual governo tem gerado preocupação entre especialistas, economistas e juristas. A expansão dos gastos, combinada com juros elevados, pressiona ainda mais o orçamento federal e compromete o futuro fiscal do país.

A dívida pública tornou se uma âncora fiscal. O custo da rolagem cresce continuamente e o contribuinte acaba pagando a conta. O Brasil passa a gastar mais com juros da dívida do que com investimentos estruturantes, o que limita o crescimento econômico e amplia a instabilidade fiscal.

A PROPOSTA DE ANTÔNIO CAMPOS REESTRUTURAÇÃO SEM CALOTE

Diante desse cenário, Antônio Campos defende uma reestruturação parcial da dívida pública, sem calote, com responsabilidade institucional e técnica.



Figura 5 – Comparação das Projeções do DSA

Tabela 5 – Indicadores da Dívida, Econômicos e de Mercado (DSA)

	Histórico			Projeções					
Indicador	2013 2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Dívida (DBGG em % do PIB)	70,1	71,7	74,3	78,6	79,9	79,5	80,1	80,3	80,5
Necessidade de Financiamento Bruta (% do PIB)	6,8	2,9	8,1	8,2	6,2	4,4	5,3	5,0	4,8
Crescimento Real do PIB (em %)	0,1	3,0	2,9	2,5	2,5	2,4	2,6	2,4	2,5
Inflação (Deflator do PIB) (%)	7,2	8,6	4,7	3,5	4,1	4,2	3,7	3,9	3,7
Crescimento Nominal do PIB (%)	7,3	11,8	7,7	6,1	6,7	6,6	6,4	6,4	6,3
Taxa de Juros Efetiva (dívida) (%)[1]	9,9	10,7	11,3	11,0	8,4	7,5	7,4	7,1	6,8

A proposta, apresentada em seu livro **A Dívida Pública do Governo Federal Um Desafio Necessário,** aponta que existe saída para a crise fiscal brasileira, desde que o país enfrente o problema com coragem e planejamento.

Entre os pontos defendidos por Antônio Campos:

- Reestruturação parcial da dívida pública
- Alongamento dos prazos da dívida
- Redução gradual dos juros
- Melhor gestão do perfil da dívida
- Maior transparência fiscal
- Apoio técnico do Tribunal de Contas da União.

O jurista defende que o Tribunal de Contas da União possui capacidade técnica e institucional para auxiliar nesse processo, garantindo segurança jurídica e credibilidade ao mercado.

Segundo Antônio Campos, a reestruturação não significaria calote, mas sim uma reorganização responsável dos compromissos financeiros do país, semelhante ao que diversas economias já fizeram em momentos de crise.

UMA SAÍDA POSSÍVEL

A crise da dívida pública não é apenas um problema econômico. É também um problema social. Quando o país gasta cerca de 1 trilhão por ano em juros, sobram menos recursos para investimentos e políticas públicas.

A reestruturação responsável da dívida, com apoio técnico e transparência, pode aliviar a pressão fiscal, reduzir juros e abrir espaço para o crescimento econômico.

O BRASIL AINDA TEM TEMPO PARA AGIR.

Mas, como alerta Antônio Campos, adiar a solução apenas tornará a crise mais profunda e mais difícil de resolver.

A reestruturação parcial da dívida pública, sem calote, pode ser não apenas uma alternativa, mas uma necessidade para o futuro fiscal do Brasil.

ARTIGO

(*) POR PAULO SALES

O encolhimento dos mariscos e o alerta climático no litoral de Pernambuco

O litoral de Pernambuco está emitindo um alerta silencioso, porém extremamente grave. Os mariscos, tradicional fonte de alimento, renda e identidade cultural de comunidades costeiras, estão encolhendo. O fenômeno, relatado por marisqueiras, pescadores e pesquisadores, não é apenas uma mudança pontual na natureza. Trata-se de um sinal claro de que as mudanças climáticas e a poluição já estão provocando impactos diretos nos ecossistemas marinhos e na economia local.

Trabalhadores do litoral pernambucano têm percebido que os mariscos estão cada vez menores e mais escassos. A constatação vem tanto da observação empírica das comunidades tradicionais quanto de estudos científicos que apontam a relação entre o fenômeno e fatores ambientais como o aumento da temperatura do mar, a acidificação dos oceanos e a poluição das águas.

O aquecimento global tem papel central nessa transformação. Os oceanos absorvem grande parte do calor gerado pelo aumento das emissões de gases de efeito estufa. Com isso, a temperatura da água sobe gradativamente, alterando o equilíbrio dos ecossistemas marinhos. Esse aumento de temperatura impacta diretamente o ciclo de vida dos mariscos, dificultando seu crescimento e reduzindo seu tamanho.

Além do aquecimento, outro fator preocupante é a acidificação dos oceanos. Com a absorção de dióxido de carbono, a água do mar torna-se mais ácida, o que dificulta a formação das conchas dos moluscos. Esse processo compromete o desenvolvimento dos mariscos e os torna mais frágeis e vulneráveis.

A poluição agrava ainda mais esse cenário. Resíduos urbanos, esgoto sem tratamento, descarte irregular de lixo e poluentes industriais acabam chegando ao mar e aos manguezais, áreas essenciais para o desenvolvimento dos mariscos. Esses contaminantes prejudicam a reprodução das espécies e comprometem a qualidade da água, reduzindo a quantidade e o tamanho dos mariscos disponíveis.

O impacto não é apenas ambiental. Ele é também social e econômico. Em diversas comunidades do litoral pernambucano, a mariscagem é uma atividade tradicional, muitas vezes exercida por mulheres que sustentam suas famílias a partir da coleta de mariscos. Com a diminuição do tamanho e da quantidade, a renda dessas famílias é diretamente afetada.

Essa realidade atinge não apenas a economia das comunidades, mas

DIVULGAÇÃO



também a cultura local. Os mariscos fazem parte da identidade gastronômica do litoral pernambucano. Pratos tradicionais, restaurantes e atividades turísticas dependem diretamente da disponibilidade desses recursos naturais. Quando os mariscos encolhem, toda a cadeia econômica é impactada.

O fenômeno também revela uma questão ainda mais ampla: a vulnerabilidade do litoral pernambucano diante das mudanças climáticas. Regiões costeiras estão entre as mais sensíveis às alterações ambientais, sofrendo com aumento da temperatura, elevação do nível do mar e degradação dos ecossistemas.

Os mariscos funcionam como indicadores ambientais. Quando eles começam a apresentar mudanças no tamanho e na quantidade, isso significa que todo o ecossistema está sendo afetado. O problema, portanto, não se limita aos moluscos. Ele pode atingir peixes, crustáceos e outras espécies que dependem do mesmo ambiente.

Esse cenário não é exclusivo de Pernambuco. Diversas regiões costeiras do mundo já registram impactos semelhantes. No entanto, em áreas onde comunidades tradicionais dependem diretamente desses recursos, os efeitos são mais intensos e imediatos.

Diante desse quadro, torna-se urgente a adoção de políticas públicas voltadas à preservação ambiental e à adaptação climática. Investimentos em saneamento básico, controle da poluição, preservação dos manguezais e monitoramento científico são medidas essenciais para proteger o litoral e garantir a sobrevivência das comunidades que dependem do mar.

Também é fundamental ampliar o debate sobre mudanças climáticas e seus impactos locais. Muitas vezes, a crise climática é tratada como um problema distante, global e abstrato. No entanto, o encolhimento dos mariscos demonstra que seus efeitos já são concretos e presentes na realidade pernambucana.

O litoral de Pernambuco está enviando um aviso. Um aviso silencioso, mas poderoso. Os mariscos estão encolhendo, e com eles, cresce a preocupação com o futuro ambiental, social e econômico da região.

Se não houver medidas urgentes, o que hoje é um encolhimento pode se transformar em escassez. E a escassez pode levar ao desaparecimento. Proteger os mariscos, nesse contexto, é proteger comunidades, cultura e o próprio equilíbrio ambiental do litoral pernambucano.